

NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA UFPB: A FORMAÇÃO DE UM ÓRGÃO EDUCATIVO CONTRA-HEGEMÔNICO

Fernanda de Paula Gomides

Universidade Federal da Paraíba – fernanda.gomides@hotmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva compreender os percursos para a formação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para isso, apontaremos as bases legais em direitos humanos e a conjuntura – em esfera internacional, nacional e universitária – que influenciaram seu surgimento e atuação. Tomaremos como referência o debate sobre instituições educativas, memória, história do tempo presente e o conceito de contra-hegemonia. Como aporte metodológico, utilizaremos os ensinamentos de Ginzburg (1989) em relação ao “paradigma indiciário” para nos embasar na busca pelos indícios na formação de tal órgão. Almejamos, por fim, esclarecer que o Brasil foi influenciado tanto pela conjuntura e diretrizes internacionais de promoção e valorização dos direitos humanos, quanto pelo surgimento de demandas da sociedade civil e de movimentos sociais na busca pelo respeito a esses direitos. No campo universitário, a UFPB assumiu a responsabilidade em debater e ampliar o conhecimento sobre os direitos humanos na sociedade paraibana. Dito isso, procuramos defender que, a partir de uma conjuntura internacional, nacional e até universitária, o NCDH foi criado em 2006, tornando-se um órgão educativo de postura contra-hegemônica em sua história, em suas atuações, militâncias e práticas educativas. Dentre os exemplos dessa atuação, obtemos: a criação de especializações em Educação em Direitos Humanos; Área de Concentração em nível de mestrado; mestrado em direitos humanos; oficinas para formação continuada; organização de eventos e publicação de livros na área da educação; campanhas de conscientização para a tolerância; estudos de processos e documentos da ditadura civil-militar e anistia; práticas educativas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre outros.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Contra-Hegemonia, Educação, UFPB.

Introdução

De início, gostaríamos de destacar que a proximidade com o tema deste artigo não se deu por meio de um súbito anseio de nos embalar na pesquisa na área, mas se traçou a partir de gradativos caminhos, estudos, projetos de extensão/pesquisa/ensino¹. Dentre as influências mais relevantes, enfatizamos a aproximação com o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da

¹ Inicialmente, participamos do Projeto de extensão “50 anos de federalização da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)”, em 2009, coordenado pela Professora Dr^a Lúcia Guerra, desenvolvido a partir da análise da documentação da Assessoria de Imprensa da UFPB (jornais tanto de âmbito nacional quanto do Estado da Paraíba). O projeto ganhou o Prêmio Elo Cidadão em 2011. Posteriormente, interessamo-nos e participamos do Projeto de Pesquisa “Memória e Resistência à Ditadura na Paraíba”, iniciado em 2012 e desenvolvido no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (UFPB). Tal projeto influenciou a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso em História (2012) e da Dissertação de Mestrado em Educação, em 2015 (PPGE).



UFPB a partir de Projeto de Pesquisa² e experiências docentes na Tutoria nos Cursos de Extensão e Especialização em Educação em Direitos Humanos.

As experiências junto ao órgão educativo fomentaram inquietações quanto a sua história, atuação, função e importância na universidade e na sociedade. A partir de leituras e estudos compreendemos que o NCDH foi constituído a partir de um característico percurso social e histórico.

Desse modo, o objetivo desse artigo é compreender os caminhos para a formação do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), apontando as bases legais em direitos humanos e conjunturas – em esfera internacional, nacional e universitária – que influenciaram seu surgimento e atuação.

Vale salientar ainda que tal órgão educativo foi criado a partir da Resolução nº 28/2006 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB, tendo iniciado suas atividades em julho de 2007. Essa iniciativa da UFPB em criar uma entidade com o objetivo de desenvolver programas e projetos em direitos humanos no âmbito do ensino, pesquisa e extensão se mostrou um grande avanço para a universidade e sociedade paraibana. No entanto, defendemos a ideia de que a criação desse organismo não ocorreu ao acaso, mas se deu a partir de um contexto histórico específico existente dentro da UFPB, no Brasil e também no mundo.

Metodologia

Mesmo abordando a conjuntura histórica e processual da criação do Núcleo, consideramos relevante delimitar que a atuação do órgão se deu a partir de 2007. Outro apontamento importante para nossa análise foi o recorte de ações do órgão no nível de pós-graduações e ações educativas (mestrado, área de concentração em direitos humanos, oficinas, especializações) para a possibilidade de uma apreciação em tempo hábil da postura contra-hegemônica no Núcleo.

Além disso, apropriamo-nos do conceito de “paradigma indiciário” de Carlo Ginzburg (1989) no sentido de tentarmos identificar os “indícios” que podem nos levar a compreender melhor a trajetória percorrida para a criação do NCDH e as bases legais relevantes em direitos humanos. Partindo desse processo buscamos nos tornar “caçadoras” de indícios e pistas de um órgão educativo em direitos humanos na UFPB. Para Ginzburg (1989, p. 151):

² Projeto de Pesquisa “Memória e Resistência à Ditadura na Paraíba”.

Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco tufo de pelos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas.

O autor elucida para nós o desejo do homem em compreender e explorar o meio em que vive. Demonstra como aprendermos a dar atenção a questões, inicialmente, irrelevantes e insignificantes, mas que se tornam essenciais na construção do nosso saber e na busca da verdade.

Resultados e Discussão

Para nos auxiliar na análise, tomamos como referência o debate sobre instituições educativas, memória, história do tempo presente e o conceito de contra-hegemonia. Mesmo que NCDH não se configure como uma instituição, consideramos que debate acerca da história das instituições educativas colabore para nos dar alicerce na compreensão do NCDH como uma entidade de práticas educacionais em direitos humanos. Oliveira e Gatti Júnior (2002, p. 73), por exemplo, já nos apontara que:

[...] o itinerário seguido pelos pesquisadores que se preocupam em construir interpretações a respeito das instituições educativas se pauta em apreender elementos que possam conferir às mesmas, um sentido histórico no contexto social de sua época, bem como suas influências até os nossos dias.

Compreendemos que conhecer o contexto histórico, social e universitário do NCDH é um aspecto necessário para irmos além de uma análise descritiva. Desse modo:

[...] implicá-la no processo de evolução de sua comunidade ou região é evidentemente sistematizar e re(escrever) seu ciclo de vida em um quadro mais amplo, no qual são inseridas as mudanças que ocorrem em âmbito local, sem perder de vista a singularidade e as perspectivas maiores. (OLIVEIRA; GATTI JÚNIOR, 2002, p. 74)

A partir desse ensinamento, buscamos esclarecer nesse artigo a conjuntura de formação no NCDH, tendo em vista um contexto maior em relação às demandas nacionais e internacionais na criação de órgãos educativos em direitos humanos. Como bem define Magalhães (2004, p. 124), as

“instituições educativas são organismos vivos” que trazem diversas possibilidades de análise. Assim, considerando o macro, o micro e as diversas dimensões de uma instituição, podemos compreender sua identidade, cultura e postura.

Quanto à memória, especificamente, esta contribui no combate ao desconhecimento do passado e da alienação histórica. Essa alienação, por exemplo, pode ser vislumbrada em nossa sociedade brasileira. Passamos por um momento de redemocratização e ainda são perceptíveis memórias saudosistas à ordem ditatorial, discursos de ódio e violência formulados pela mídia, impunidade social e política no país, tortura entre as vielas das comunidades carentes, a abertura incompleta de arquivos do período militar, a inconclusa reconstrução da memória e da verdade no Brasil e o desrespeito à democracia. A partir desse contexto, entidades educativas como o NCDH são primordiais no combate a essa cultura da violência e de desrespeito aos direitos dos cidadãos.

Além desses debates, outra questão deve ser abordada. Evidenciamos aqui a chamada história do tempo presente – história essa tão próxima de nós, mas que deve ser compreendida e problematizada. Em relação ao assunto, Pollack (1992) já nos evidenciara a ligação próxima que essa História obtém com a memória:

Em primeiro lugar, são os *acontecimentos* vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer (...). Além desses acontecimentos, a memória é constituída por *pessoas*, *personagens*. (...) Além dos acontecimentos e dos personagens, podemos finalmente arrolar os lugares.

O trabalho aborda ações e acontecimentos chamados por Pollack (1992) de “vividos por tabela” por um grupo, suas memórias e suas lutas que levaram à criação e atuação do NCDH. Professores, militantes, coordenadores e estudantes são partes desse grupo, são atores sociais desse processo que tem como *locus* a UFPB.

Podemos portando dizer que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLACK, 1992, p. 204).

É essa “reconstrução de si” também pretendemos considerar, mesmo que brevemente nesse trabalho, sobre a história e identidade do NCDH.

Essa relação entre memória e identidade também foi abordada por Le Goff (1990, p. 475) quando abordou que a “memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* [...], cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

Desse modo, a identidade e postura do NCDH – consideradas por nós contra-hegemônicas – deve ser evidenciada nos tempos atuais. Não apenas para a contribuição na formação de sua história, mas para a construção de uma identidade de enfrentamento e de luta pelos direitos humanos na Paraíba e no país.

Esse conceito de contra-hegemonia é tratado por Boaventura de Souza Santos (2002) como uma postura emancipatória, ou seja, uma atitude que torne o cidadão de direito um protagonista em sua sociedade. Germano (2007, p. 48), ao debater sobre o conceito, também aborda que tal postura:

[...] pressupõe o desencadeamento de ações rebeldes interligadas de resistência às diferentes formas de poder social hegemônicas. [...] De igual modo, *pari passu* com a emancipação, a solidariedade se transformou em símbolo eminente das lutas para enfrentar a crise civilizacional do mundo de hoje.

Essa perspectiva caracteriza as instituições e entidades educativas em direitos humanos, como o NCDH, em suas histórias e atuações no mundo e no Brasil.

Em relação a nossa busca pelos chamados “indícios” na conjuntura internacional, podemos apontar elementos incentivadores para criação de instituições educativas ligadas aos direitos humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, por exemplo, apresenta em sua introdução a concepção de que ela seja um ideal comum a ser alcançado em todas as nações “com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades” (2013, p. 5). Além disso, neste importante documento é colocado que a instrução deverá ser “orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais” (2013, p. 14). Mesmo de maneira abrangente, o documento aponta a relevância da educação e das instituições educativas em direitos humanos.

Na mesma linha de raciocínio, o Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, elucida que “a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido da sua dignidade e reforçar o respeito pelos direitos do homem e

das liberdades fundamentais” (2013, p. 5). Nesse momento, temos outro indício do passado que aponta para necessidade de políticas educativas e órgãos que se voltem para uma educação em e para os direitos humanos.

Entendemos que a partir da demanda suscitada por esses documentos legais, foram criados os primeiros institutos, núcleos e centros autônomos, acadêmicos e de promoção dos direitos humanos no mundo inteiro, os quais passaram a ter por objetivo a difusão dessa educação mais humana e emancipatória.

O Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH), por exemplo, foi criado após essas resoluções em 1980 e exemplifica esse contexto e relevância das instituições em direitos humanos. Atualmente, o IIDH promove aulas virtuais que são definidas como um espaço acadêmico de formação com diversos cursos, dinâmicas e metodologias.

Outro passo importante para a promoção da educação e de entidades educativas em direitos humanos foi a Declaração das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos, que instituiu a década da Educação em Direitos Humanos (1995-2004). Além de ter um tópico intitulado como “princípios para atividades educativas”, a Declaração afirma que devem ser fomentados “ambientes de aprendizagem livres da miséria e do medo, que encorajem a participação, o gozo dos direitos humanos e o pleno desenvolvimento da personalidade humana.” (1998, p. 55). De forma mais direta, a Declaração nos aponta uma pista no que se refere à demanda por instituições de aprendizagem na área, já que consta em seu texto, que:

As escolas, as universidades e os programas e instituições de formação profissional e contínua devem ser encorajados e ajudados a desenvolver programas de estudo em matéria de direitos humanos e correspondentes materiais didáticos e de apoio, com a ajuda dos governos e dos doadores e programas internacionais, para incorporação no ensino formal ao nível da educação pré-escolar, primária, secundária, pós-secundária e de adultos. (1998, p. 18).

Ainda nessa conjuntura, outro fator importante que enfatizamos é a formação do Plano de Ação: Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos, de 2006. Em um de seus “princípios condutores das atividades de educação em direitos humanos”, o texto esboça a necessidade de: “Fomentar ambientes de aprendizado e ensino sem temores nem carências, que estimulem a participação, o gozo dos direitos humanos e o desenvolvimento pleno da personalidade humana” (2006, p. 11).

Já no campo nacional, após a abertura política iniciada no país na década de 1980, há o surgimento de demandas sociais democratizantes e populares que almejavam – além de outras questões – fazer da democracia brasileira uma realidade concreta e com visibilidade social. Os direitos humanos, nessa conjuntura, tiveram um papel essencial em dar voz ao povo, sobretudo, na década de 1990 com a criação de comissões, ouvidorias, núcleos, comitês, entre outros órgãos.

Decorrente desse contexto vale destacar na Paraíba³ a criação pioneira no Brasil da Comissão dos Direitos do Homem e do Cidadão (CDHC)⁴ na UFPB, em 1989, no qual foi instituída oficialmente através da resolução nº 25/1990 do Conselho Universitário (CONSUNI) desta universidade. Em 1992, a partir da mobilização dessa Comissão, foi fundado o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão, posteriormente denominado Conselho Estadual de Direitos Humanos. Em 1996, a própria Comissão passou por uma reformulação vinda a se chamar Comissão de Direitos Humanos (CDH). Vale salientar que entre 1996 e 2006 ocorreram diversas atividades de educação em direitos humanos promovidas pela Comissão e pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PRAC/UFPB), bem como a criação da Área de Concentração em Direitos Humanos do Programa de Ciências Jurídicas da UFPB, em 2003.

Com essas ações e militância, foi criado o NCDH na UFPB, que se tornou um desdobramento da CDH. Contudo, segundo Zenaide (2010, p. 265), o Núcleo não se limitou apenas em dar continuidade às ações da Comissão, mas foi ampliado para fortalecer o intercâmbio internacional, produção acadêmica e inserção da universidade na implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Entendemos que a partir da atuação da Comissão e posteriormente do Núcleo, a UFPB tomou a vanguarda das universidades do país no que se refere às políticas de educação em e para os direitos humanos. Essa atuação da UFPB em direitos humanos foi se consolidando a partir das próprias práticas educativas ao longo do tempo, conferindo legitimidade e demonstrando o acerto na criação do NCDH. A partir dessas reflexões, fica-nos claro que havia um contexto internacional, nacional e universitário propício para a criação dessa entidade educativa.

Conclusão

³ Vale ressaltar que entidades e órgãos de Direitos Humanos na Paraíba surgiram desde a década de 1930 com os Comitês Femininos em Campina Grande.

⁴ Na UFPB, podemos citar a criação anterior do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) em 1979.

Em resumo, concordamos que o Brasil – em um contexto de redemocratização marcado pelo aumento das desigualdades sociais, violência, tortura e criminalidade entre o final da década de 1980 e início da década de 1990 – foi influenciado tanto pela conjuntura e diretrizes internacionais de promoção e valorização dos direitos humanos, quanto pelo surgimento de demandas da sociedade civil e de movimentos sociais na busca pelo respeito a esses direitos. No campo universitário, a UFPB (que esteve historicamente em diálogo com esses movimentos) assumiu a responsabilidade em debater e ampliar o conhecimento sobre os direitos humanos na sociedade paraibana. Dito isso, buscamos defender que, a partir dessa conjuntura (nacional, internacional e universitária), o NCDH foi criado em 2006, tornando-se um órgão educativo de postura contra-hegemônica em sua história, em suas atuações, militâncias e práticas educativas.

Nesse sentido, a postura contra-hegemônica do Núcleo pode ser exemplificada:

- ✓ Na criação de especialização em Educação em Direitos Humanos para professores a distância (obtendo uma preocupação com a formação dos docentes que atuam nas salas de aula e enfrentam as diversas dificuldades do nosso sistema de ensino junto aos estudantes);
- ✓ Na criação de especialização em Educação em Direitos Humanos em Segurança Pública para policiais (focando uma categoria inserida na violência social e que necessita de esclarecimentos sobre os direitos humanos para sua atuação e defesa);
- ✓ Na criação de Área de Concentração em nível de mestrado em Ciências Jurídicas da UFPB (possibilitando o desenvolvimento de pesquisas em defesa dos direitos humanos);
- ✓ Na criação do mestrado em direitos humanos (que possibilita, além de pesquisas na área, a maior visibilidade e atuação dos direitos humanos);
- ✓ Na criação de oficinas para formação continuada de professores sobre o “Direito à verdade e à memória” (dando impulso para uma educação para o nunca mais e também para uma educação investigativa);

- ✓ Na organização de eventos e publicação de livros na área da educação e campanhas de conscientização com tema de gênero, etnia, racismo, entre outros (que possibilitam visibilidade e legitimidade nas diversas pesquisas e lutas pelas minorias);
- ✓ Nos estudos de processos e documentos da ditadura civil-militar e anistia (incentivando a pesquisa e a busca por uma história que se contraponha à oficial, que dê vozes aos diversos atores sociais e resistentes no período);
- ✓ Na organização de práticas educativas e projetos de ensino, pesquisa e extensão, entre outros (que além da visibilidade, ultrapassam os muros da universidade alcançando a prática dentro das escolas e sociedade).

Analisando a atuação contra-hegemônica do NCDH e sua formação a partir de diversas demandas, compreendemos a relevância de órgãos educativos para os direitos humanos na busca de uma sociedade mais justa, democrática e cidadã.

Referências

ACNUDH (1994). Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos – Lições para a Vida (1995-2004). **Série Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos 1995/2004**, vol. I, versão portuguesa disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/serie_decada_1_b.pdf> Acessado em 16 jul. 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, 1948. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>> Acessado em 28 mai. 2015.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GERMANO, José Willington. Globalização Contra-Hegemônica, Solidariedade e Emancipação Social. In: **Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2007. Disponível em <<http://www.periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3167>> Acessado em 10 abr. 2015.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.iidh.ed.cr/>> Acessado em: 15 jul. 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas – SP, Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

OLIVEIRA, Lúcia Helena M. M; GATTI JÚNIOR, Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. In: **Cadernos de História da Educação** - v. 1. - no. 1 - jan./dez. 2002.

PLANO DE AÇÃO - PROGRAMA MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO DIREITOS HUMANOS, 2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf> Acessado em: 05 jul. 2015.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

PACTO INTERNACIONAL, 1966. Disponível em: <<http://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/Pacto-Internacional-sobre-Direitos-Civis-e-Pol%C3%ADticos.pdf>>. Acessado em 05 jul. 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Os processos de globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2002.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de extensão universitária e a disputa pela hegemonia: a questão dos Direitos Humanos na UFPB** (Tese de Doutorado em Educação). João Pessoa - PPGE-CE-UFPB, 2010.